



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Direito
Departamento de Direito do Trabalho e Introdução ao
Estudo do Direito

Plano de Ensino de Disciplina

DISCIPLINA: DIREITO E LEGISLAÇÃO

CÓDIGO: DIT 001 | **PRÉ-REQUISITO:** | **DEPARTAMENTO: DIT**

C.H. TOTAL: 30 H/AULA | **CRÉDITOS: 02** | **PERÍODO: °**

EMENTA

Noções básicas de Direito Público e Privado para análise da realidade jurídica cotidiana de temas diretamente relacionados à vida profissional dos engenheiros.

UNIDADES DE ENSINO

I - NOÇÕES GERAIS DE DIREITO

1. Conceito e função do Direito.
2. Fontes do Direito.

II – SUJEITOS DE DIREITO

1. Pessoas naturais.
2. Pessoas Jurídicas
 - 2.1 Pessoas Jurídicas de Direito Privado.
 - 2.2 Pessoas Jurídicas de Direito Público.

III - ATO E NEGÓCIO JURÍDICO

1. Contrato civil.
2. Contrato comercial.
3. Contrato de trabalho.

Programa aprovado pela Assembléia Departamental em reunião realizada em 29.06.2005 –
Em vigor a partir do segundo semestre de 2005

4. Contrato administrativo.

IV - DIREITOS DIFUSOS

1. Meio ambiente: direitos e deveres.
2. Dano ambiental e responsabilidade jurídica.

V - NOÇÕES DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

VI - INSTRUMENTOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS PARA A EFICÁCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

1. Ação popular.
2. Mandado de segurança.
3. Habeas corpus.
4. Habeas data.
5. Direito de petição.

VII - ÉTICA PROFISSIONAL

1. Código de Ética.
2. Responsabilidade Civil e Penal.

BIBLIOGRÁFICA BÁSICA

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**, São Paulo: LTr, 2005.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de Direito Comercial**. São Paulo: Saraiva, 2005.

COELHO, Sacha Calmon Navarro. **Manual de Direito Tributário**. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

DOWER, Nelson. **Instituições de Direito Público e Privado**.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Coleção Sinopses Jurídicas**. São Paulo: Saraiva, 2005.

GONÇALVES, Maria Helena H. B.. **Ética & Trabalho**. Rio de Janeiro: SENAC, 1997.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Instituições de Direito Público e Privado**. São Paulo: Atlas. 2005.

Programa aprovado pela Assembléia Departamental em reunião realizada em 29.06.2005 –
Em vigor a partir do segundo semestre de 2005